

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.577.685 - SP (2019/0264339-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **ERNESTO BALDAN FILHO**
ADVOGADO : **SIMONE JEZIERSKI E OUTRO(S) - SP238315**
AGRAVANTE : **TELEFÔNICA BRASIL S.A**
ADVOGADOS : **SÉRGIO SANTOS DO NASCIMENTO - SP305211**
 LÍVIA REGINA FERREIRA IKEDA - RJ163415
 FABIANO DE CASTRO ROBALINHO CAVALCANTI - SP321754A
 CAETANO FALCÃO DE BERENGUER CESAR E OUTRO(S) -
 SP321744A
 JOÃO LUCAS PASCOAL BEVILACQUA - SP357630
AGRAVADO : **OS MESMOS**
AGRAVADO : **AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A**
ADVOGADO : **CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET E OUTRO(S) - SP104061**
AGRAVADO : **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS EMPREGADOS EM**
 TELECOMUNICAÇÕES
ADVOGADOS : **KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI E OUTRO(S) - SP178033**
 REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI - SP257220

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. DIFERENÇA NO REGIME DE CUSTEIO ENTRE ATIVOS E INATIVOS. INEXISTÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7/STJ. AGRAVO DE ERNESTO BALDAN FILHO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Ernesto Baldan Filho contra decisão que não admitiu o processamento do apelo extremo.

Infere-se dos autos que a Primeira Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento ao recurso interposto pelas rés e deu parcial provimento ao apelo do autor, conforme ementa abaixo colacionada (e-STJ, fl. 2.448):

PLANO DE SAÚDE. Autor aposentado, que continua a trabalhar e em seguida é dispensado sem justa causa. Extensão do plano de saúde coletivo da empregadora por seis meses, quando o autor teve de optar pela manutenção, com assunção da cota do prêmio pago pela empregadora. Operadora do plano de saúde prestou informações equivocadas sobre os valores do prêmio, induzindo o autor a optar pela contratação de outro plano, na modalidade particular. Manifestação de

Superior Tribunal de Justiça

vontade do autor viciada pelo erro substancial a que foi induzido. Anulação do negócio jurídico. Retorno das partes ao “status quo ante”. Reinserção do autor no quadro de beneficiários do plano ofertado por sua antiga empregadora, atualmente administrado pela Amil. Obrigação da ré ABET de devolver os valores pagos a mais pelo autor, posto que mais oneroso o contrato que foi induzido a consentir. Ausência de má-fé do autor. Recurso do autor provido em parte. Recurso das rés improvido.

Opostos embargos de declaração pelo ora agravante, por Telefônica Brasil S.A. e por Amil Assistência Médica Internacional S.A., todos foram rejeitados.

Os novos aclaratórios opostos pelo autor não foram acolhidos.

Nas razões do apelo especial, o recorrente indicou divergência jurisprudencial e ofensa ao art. 31 da Lei n. 9.656/1998.

Mencionou que haveria diferença na forma de custeio entre ativos e inativos, sob a assertiva de que aqueles estariam pagando um valor fixo, enquanto estes estariam sendo submetidos aos reajustes por faixa etária.

O processamento do apelo especial não foi admitido pela Corte local, levando o insurgente a interpor o presente agravo, por meio do qual contesta a aplicação dos óbices apontados na decisão de admissibilidade.

Brevemente relatado, decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do recurso especial.

Da análise dos autos, verifica-se que o Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, consignou que o reajuste do prêmio em virtude da faixa etária também se aplicaria ao benefício dos funcionários ativos, não havendo, portanto, tratamento diverso entre eles e os inativos (e-STJ, fls. 2.784-2.789).

Para derruir a convicção formada, entendendo pela existência de disparidade de tratamento, seriam necessários a interpretação de cláusulas contratuais e o reexame de fatos e provas, providências vedadas na via eleita, ante a incidência dos enunciados n. 5 e 7 da Súmula do STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo de Ernesto Baldan Filho para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

